

BIS aceita linha mais branda

FROTA NETO
Correspondente

Genebra — "Os países que estão altamente endividadosão, por força das circunstâncias, obrigados a adotarem políticas de reajustamento, que implicam em aumentarem suas exportações e a reduzirem suas demandas internas". Este é o receituário que consta, notadamente para o Brasil, no relatório que o Bank For International Settlements" (o Banco Central dos bancos centrais) liberou ontem em sua sede na cidade de Basileia (Suiça) sobre a situação econômica do mundo. O documento afirma, porém, que já são seguros e firmes os sintomas da retomada do crescimento econômico nos países que formam o primeiro mundo, especialmente nos Estados

Unidos, o que, certamente, vai contribuir para aliviar a crise internacional.

No caso particular do Brasil, o documento do BIS lembra que a economia brasileira foi fortemente prejudicada pela decisão de moratória unilateral tomada pelo México. Com isso, o Brasil viu reduzirem suas chances de acesso ao mercado financeiro com os bancos privados preocupados com a "síndrome regional do risco" do endividamento na América Latina. Mas, a par disso, o banco mostra o caminho para que, uma vez superada a crise de curto prazo (em que muitos países estão envolvidos, entre os quais o Brasil) possa a economia mundial vencer seus desafios a longo prazo.

No entender das autoridades do BIS "o modo como a questão do débito for

tratada hoje poderá determinar os caminhos que estarão abertos para os futuros financiamentos dos balanços de pagamento", dos países necessitados. Essa maneira de tratar o problema, descreve a instituição, tem sido "a efetiva cooperação entre os governos, o Fundo Monetário Internacional, os bancos centrais e os bancos comerciais". E essa cooperação que impediu "a dilaceração (o despedaçamento) do Sistema Internacional de Crédito e de Pagamento". Portanto, ela deverá se repetir no futuro para tratar dos problemas de longo prazo, para o BIS não é talvez, ser otimista, acreditar em que isso venha a acontecer" pois, afinal, muitas áreas já deram provas de que essa cooperação é possível "na situação de emergência atual".